

Projeto: Entre a Casa, as Ruas e as Instituições: crianças e adolescentes em situação de rua e as instituições de acolhimento no estado do Rio de Janeiro

Levantamento da Produção Acadêmica sobre Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes (2000-2019)

Coordenação: Irene Rizzini (PUC-RIO/CIESPI - Apoio: FAPERJ/CNE)

Ficha

1) Referência – SANTANA, Juliana Prates; AVANZO, Janaina Rocha. Infância e Direitos: o uso de metodologias participativas em contexto de acolhimento institucional. Revista Subjetividades, Fortaleza, 14(2): 306-318, agosto 2014.

2) Resumo e Palavras-chave – A temática dos direitos das crianças tem ganhado cada vez mais destaque nas últimas décadas, principalmente após a aprovação da Convenção dos Direitos da Criança da Organização das Nações Unidas (ONU) e promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) no Brasil. Neste estatuto, as crianças são concebidas como sujeitos de direitos e não como “menores”, como vigorava na legislação brasileira anterior. No âmbito dos direitos, percebe-se que o mais recentemente discutido é o direito de participação e isso inclui a valorização e a defesa da participação infantil na realização de pesquisas com crianças. Desta forma, o objetivo desta pesquisa é analisar a influência da situação de acolhimento institucional sobre a forma como as crianças se percebem e se posicionam como sujeito de direitos. Participaram 14 crianças de 8 a 12 anos em situação de acolhimento institucional. Os dados foram coletados através de metodologias participativas, buscando dar espaço aos participantes de se colocarem sobre o que sabem e percebem como direitos das crianças e quais deles lhe são garantidos ou violados. Os resultados mostraram que as crianças possuem amplo conhecimento sobre situações de violação de direitos, o que pode ilustrar a falta de garantia dos mesmos em seu cotidiano. Entretanto, elas não apresentam conhecimentos sobre seus direitos e nem a que pessoas ou instituições poderiam recorrer para que seus direitos deixassem de ser violados. Conclui-se que o contexto de acolhimento institucional contribui de forma significativa para a formação da concepção de direitos das crianças, ficando evidente a necessidade de uma maior divulgação e efetivação dos direitos previstos no ECA nos mais diferentes contextos, especificamente no de acolhimento institucional. Além disso, a partir da pesquisa foi possível verificar a adequação das metodologias participativas como forma privilegiada de acessar as crianças e suas percepções acerca de aspectos importantes sobre seus modos de vida.

Palavras-chave: acolhimento institucional; crianças; direitos; metodologias participativas; participação.

3) Objetivo do estudo – O objetivo desta pesquisa é analisar a influência da situação de acolhimento institucional sobre a forma como as crianças se percebem e se posicionam como sujeito de direitos.

4) Tipo de pesquisa – Qualitativa.

5) Período da pesquisa – Não identificado.

6) Forma de coleta de dados – Os dados foram coletados através de metodologias participativas (video-debates, jogos, produção de diários sobre direitos e entrevistas), buscando dar espaço aos participantes de se colocarem sobre o que sabem e percebem como direitos das crianças e quais deles lhe são garantidos ou violados.

7) Forma de análise dos dados produzidos / referencial teórico – Não identificado.

8) Resultados / dados produzidos – Os resultados mostraram que as crianças possuem amplo conhecimento sobre situações de violação de direitos, o que pode ilustrar a falta de garantia dos mesmos em seu cotidiano. Entretanto, elas não apresentam conhecimentos sobre seus direitos e nem a que pessoas ou instituições poderiam recorrer para que seus direitos deixassem de ser violados. Através dos dados e da discussão, podemos concluir que o Estatuto da Criança e do Adolescente, apesar de estar alcançando cada vez mais crianças, não chega a todas elas da forma devida. Ao mesmo tempo em que essas crianças possuem alguns dos seus direitos garantidos, pode-se perceber, principalmente em seus discursos com ênfase em situações de violação de direitos, que muitos são descumpridos. Elas também mostraram não saber muitos dos seus direitos e muito menos o que podem fazer para que eles sejam garantidos, fazendo com que aceitem a situação em que estão como se fosse o melhor possível dentro das condições em que vivem. A confusão mostrada pelas crianças em todas as perguntas sobre direitos e as respostas diferenciadas evidenciam o quanto esse fenômeno de expansão não é uniforme e muito menos explicativo, mas, pelo contrário cria discursos prontos que não significam muito para a criança, já que, no fim das contas, ela sente como se fosse a culpada pelo que passa e a única que pode fazer algo para resolver as situações, o que, na maioria das vezes, não é muito. A auto responsabilização da criança pela garantia dos seus direitos parece ser reflexo de uma concepção hegemônica que prioriza o individualismo e a meritocracia, desconsiderando questões de ordem macrosociais que influenciam e/ou produzem a violência estrutural a que essas crianças, juntamente com suas famílias, são comumente submetidas.

9) Recomendações – Conclui-se que o contexto de acolhimento institucional contribui de forma significativa para a formação da concepção de direitos das crianças, ficando evidente a necessidade de uma maior divulgação e efetivação dos direitos previstos no ECA nos mais diferentes contextos, especificamente no de acolhimento institucional. Além disso, a partir da pesquisa foi possível verificar a adequação das metodologias participativas como forma privilegiada de acessar as crianças e suas percepções acerca de aspectos importantes sobre seus modos de vida.

10) Observações e destaques –

Ficha construída a partir de trechos extraídos do texto original.